

Percepções sobre a adoção do ensino à distância (EaD) na rede pública em tempos de pandemia

Camyla Gabrielly Fernandes
camyla.fernandes@aedb.br
AEDB

Rhuana Moraes de Oliveira
rhuana.oliveira@aedb.br
AEDB

Stephanie Luiza Dias Carvalho
stephanie.dias@aedb.br
AEDB

Weslei Jardim Batista
weslei.batista@aedb.br
AEDB / AMAN

Resumo: Este trabalho de pesquisa teve como objetivo apresentar, a partir de percepções, as dificuldades apontadas por gestores e profissionais da área de educação da rede pública, bem como por pais (ou responsáveis) de alunos, na implantação da modalidade de ensino à distância, particularmente nos níveis de ensino básico e fundamental. Para que esse objetivo fosse atingido, foi realizada uma pesquisa básica, de natureza exploratória-descritiva de abordagem quantitativa-qualitativa. Como método e procedimentos técnicos, foram adotados respectivamente a revisão de literatura e o levantamento. Ressalta-se que, para essa investigação, foram analisadas as percepções de cento e trinta e três participantes, dentre gestores, profissionais de escolas da rede pública e pais (ou responsáveis) de dez municípios situados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Como principais resultados encontrados, pode-se destacar a carência por parte dos alunos de equipamentos necessários para acessar as plataformas digitais e as ferramentas disponibilizadas pelas escolas, a necessidade de um maior investimento por parte da esfera pública no que tange a adoção plataformas digitais de fácil manuseio, bem como a capacitação de profissionais da área de educação e de alunos. Percebe-se, ainda, certa insatisfação por parte dos pais e responsáveis com as plataformas e ferramentas educacionais adotadas pelas instituições de ensino da rede pública, as quais tem ocasionado aos mesmos transtornos e desconfortos (particularmente no que tange a administração das atividades de ensino de seu filhos com as de home-office e atividades do lar) e que podem trazer impactos negativos aos alunos.

Palavras Chave: Ensino à Distância - EaD - Ensino Público - Pandemia - COVID-19



1 INTRODUÇÃO

O ensino a distância (EaD) foi implementado no Brasil em meados do século XX por meio da remessa de materiais didáticos aos alunos através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (empresa pública federal) e permaneceu nesse formato por um longo período. Destaca-se que anos a frente ocorreu a evolução dessa modalidade de ensino e que a mesma foi implementada pela rede pública, assistida pelos programas *Universidade Aberta do Brasil* e *Rede e-Tec Brasil* (PASSOS, 2018).

A importância dessa modalidade de ensino se dá pelo fato de a mesma propiciar o conhecimento e a educação a pessoas que foram excluídas do ensino convencional como, por exemplo, as que tiveram que abandonar os estudos para trabalhar. Para Costa (2016), o EaD é um modelo de ensino que tem por finalidade proporcionar uma educação acessível e perdurável, superando o distanciamento entre os professores e alunos, aplicando novas tecnologias que aproximem os mesmos e promovendo, dessa forma, a interatividade.

De acordo com Hack (2011), a educação é a melhor alternativa para o desenvolvimento de um país. Dessa forma, a comunicação e a reflexão são relevantes para que o ensino se consolide como um modelo eficaz de aprendizagem. Como atualmente grande parte das pessoas estão conectadas à internet, o ensino a distância pode ser considerado um elemento promissor para a educação no Brasil. Destaca-se que ele se fortalece e se populariza cada vez mais entre as pessoas devido a real necessidade de capacitação e atualização.

Existem várias vantagens na adoção da modalidade de EaD. Como exemplo, o aluno pode administrar seu tempo e o local de estudo a ser utilizado, realizar cursos (incluindo os de nível superior) mesmo que não existam fisicamente instituições de ensino em seu local de moradia, e economizar com gastos com transporte e alimentação (SÁ et al., 2017). No entanto, apesar dos benefícios apresentados, a implantação do ensino a distância pode ser considerada complexa. Faz-se necessário analisar diversos elementos, como tecnologias a serem utilizadas, forma de acesso aos meios tecnológicos por parte dos estudantes, adoção de métodos pedagógicos eficazes para o aprendizado, bem como a escolha de conteúdos adequados com funções informativas e formativas (DINIZ; LINDEN; FERNANDES, 2011).

O ensino à distância tem sido adotado por diversas instituições de ensino superior no Brasil. De acordo com o Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017), a oferta dessa modalidade de ensino está regulamentada para os níveis fundamental, médio, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos e educação especial. Existe, entretanto, a ressalva que o EaD poderá ser oferecido para o ensino fundamental somente em condições emergenciais e para alunos que possuam indisponibilidade em acompanhar o ensino presencial por motivo de saúde, que se encontrem no exterior, e que vivam em locais que não possuem ensino na modalidade presencial, dentre outros motivos.

No Brasil, pela primeira vez o ensino EaD está sendo implementado na rede pública de educação básica. Diante da pandemia relativa ao COVID-19 no ano de 2020 e a necessidade de contenção e propagação desse vírus, foi implementada a “quarentena” no país. Devido a esse fato, as aulas em todos os níveis no Brasil foram suspensas e surgiu a necessidade da adaptação do ensino presencial para a modalidade à distância. Em março de 2020, foi proposto pelos governantes da administração pública a implantação do ensino a

distância em todas as unidades escolares (ensino público e privado) na educação infantil e ensino fundamental, de forma que os alunos e o ano letivo não ficassem prejudicados. Nesse contexto e considerando essa inovadora iniciativa, surge o questionamento que balizará essa investigação: quais as maiores dificuldades enfrentadas para implantação do ensino à distância na rede pública? Com o intuito de responder a essa problemática, o estudo em pauta tem como objetivo apresentar, a partir de percepções, as dificuldades apontadas por gestores e profissionais da área de educação da rede pública, bem como por pais (ou responsáveis) de alunos, na implantação da modalidade de ensino à distância, particularmente nos níveis de ensino básico e fundamental. Destaca-se que, para esse estudo, serão analisadas as percepções de gestores, profissionais de escolas da rede pública e pais (ou responsáveis) de dez municípios situados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Justifica-se a realização desse trabalho devido a necessidade de identificação de oportunidades de inovação e melhoria na implantação dessa modalidade de ensino em escolas públicas, tendo em vista que o EaD é uma realidade a nível mundial e que possui potencial de crescimento no decorrer dos anos. Ressalta-se, ainda, que esse tipo de ensino propicia aos alunos o acesso ao conhecimento, atendendo a diversos fatores, como os demográficos, econômicos, dentre outros. Da mesma forma, destaca-se que, após a realização de buscas utilizando os descritores “*dificuldades de implantação do ensino à distância*” e “*ensino público*” e “*ensino básico*” ou “*ensino fundamental*” e “*Brasil*” nas bases estruturadas de dados SciElo, SPELL e Google Acadêmico, não foram encontrados artigos publicados e indexados no período de 2015 a 2019.

A pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções, incluindo essa Introdução. Na segunda seção, será apresentado o arcabouço teórico referente aos conceitos que sustentam a realização dessa investigação. Na terceira seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na coleta dos dados e realização do estudo em pauta. Na quarta seção, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir do levantamento e, finalizando o estudo, serão apresentadas as conclusões e as principais constatações obtidas com a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação à Distância em tempos de Pandemia

De acordo com Souza e Nunes (2000), a Educação a Distância (EaD) pode ser considerada um caminho para a ampliação do acesso à Educação e uma nova opção de melhoria da qualidade no ensino. Ressalta-se que o ensino à distância pode ser considerado uma realidade para muitos estudantes e possui inúmeros benefícios. No entanto, ela também pode ocasionar aos alunos uma “sensação de isolamento” que pode ameaçar sua capacidade de aprender. Destaca-se que, se essa modalidade não for bem conduzida e acompanhada, pode não proporcionar a devida interação entre os estudantes, entre o docente e os discentes, bem como entre alunos e o conteúdo do curso (MOORE, 1989; BERNARD *et al.* 2009).

Consideram-se duas as modalidades de Educação: a presencial e a distância. A modalidade presencial, amplamente estudada, é a empregada usualmente em cursos regulares conhecidos como “ensino convencional” (ou tradicional). Já na modalidade à distância, os alunos e professores encontram-se separados fisicamente no tempo e/ou no espaço. Ressalta-se que esta modalidade de Educação é realizada por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, com ou sem a existência de momentos presenciais (MORAN, 2009).

O ensino tradicional pode ser considerado um modelo que se encontra, de certa forma, enraizado. O EaD, entretanto, requer uma grande quantidade de apoio para que se torne parte do perfil das instituições (BERGER, 1999). Segundo o MEC (2015), o EaD é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica de processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Longe de opor-se ou de ser uma ameaça à educação presencial, a educação a distância é, apenas, mais uma forma de se educar, mais uma abertura à tradicional relação ensino/aprendizagem (SIQUEIRA; LOPES, 2015).

Devido a pandemia do COVID-19, os governantes de todo o Brasil suspenderam temporariamente todas as atividades escolares na modalidade presencial. De acordo com a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), as aulas presenciais foram substituídas por aulas em meios digitais pelo tempo que durar a situação de pandemia do novo coronavírus no país. Destaca-se que essa medida foi aplicada tanto nas escolas da rede pública de ensino quanto nas escolas particulares, como uma tentativa de reduzir os riscos de contágio e disseminação do vírus entre os alunos e o restante da população.

Em 2 de abril do mesmo ano, o governo federal publicou uma medida provisória dispensando as escolas de educação básica e as instituições de ensino superior de cumprirem o mínimo de duzentos dias letivos anuais previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Ressalta-se que, no ensino básico, essa medida vale desde que seja mantida a carga horária mínima de oitocentas horas de aula por ano. A contagem dessas horas pode ser realizada com recuperação das aulas, após a crise, em turno integral ou considerando o tempo de aulas virtuais ministradas durante o fechamento das escolas em razão da pandemia do coronavírus (BRASIL, 2020).

Destaca-se que todas as instituições de ensino tiveram que elaborar estratégias de forma que o ensino a distância fosse implementado de forma atípica durante esse período, contando com o apoio de gestores, profissionais da área de educação e pais (ou responsáveis). Ressalta-se que essa adaptação para uma nova rotina de aprendizado traz questionamentos sobre velhos hábitos referentes à educação, experimentando novas formas de realizar as coisas diante da situação de isolamento social.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o parecer com diretrizes para a adoção do modelo de ensino à distância para todos os níveis educacionais durante a pandemia. Esse parecer autorizou, ainda, os sistemas de ensino a computar atividades não presenciais para o cumprimento de carga horária, sugeriu a utilização de períodos não previstos para a reposição de conteúdos (como o recesso escolar do meio do ano e sábados), bem como a reprogramação de períodos de férias (CNE, 2020).

O MEC disponibilizou cursos on-line gratuitos para serem realizados por alfabetizadores, professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização e pais(ou responsáveis por estudantes). Tais atividades são destinadas a ensinar métodos aos participantes dos cursos que podem ser utilizados no processo de ensino de crianças do 1º e 2º ano do ensino fundamental. Ressalta-se que tais conteúdos servem, ainda, como atividades de reforço para crianças de idades mais avançadas, especialmente os alunos do 3º ano do ensino fundamental. Destaca-se que tais cursos fazem parte do programa *Tempo de Aprender*, baseado em evidências científicas (MEC, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em pauta tem como objetivo apresentar, a partir de percepções, as dificuldades apontadas por gestores e profissionais da área de educação da rede pública, bem como por pais (ou responsáveis) de alunos, na implantação da modalidade de ensino à distância, particularmente nos ensinos básico e fundamental.

Com esse intuito, foi realizada uma pesquisa básica, de natureza exploratória-descritiva de abordagem quantitativa-qualitativa. Como método e procedimentos técnicos, foram adotados respectivamente a revisão de literatura e o levantamento.

Segundo Gil (2010), a junção da pesquisa descritiva e exploratória geralmente é utilizada para tratar de assuntos sociais e sua aplicação na prática. Ainda de acordo com esse autor, as pesquisas que adotam o levantamento se caracterizam pela solicitação de informações (por meio de questionários ou entrevistas) às pessoas diretamente envolvidas a temática da investigação. Destaca-se que, para esse estudo, serão analisadas as percepções de gestores e profissionais de escolas da rede pública de dez municípios dos Estados do Rio de Janeiro (Resende, Itatiaia, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda, Quatis, Niterói e Rio das Ostras) e de São Paulo (São José dos Campos e São Paulo), bem como de pais e responsáveis por alunos dessas instituições de ensino.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário online com dez perguntas fechadas (incluindo informações referentes à identificação de perfil) e uma aberta. Responderam de forma voluntária (amostra não-probabilística por conveniência) cento e trinta e três participantes, sendo 51,1% (68 respondentes) professores, 15,8% (21 respondentes) profissionais da área de educação e 33,1% (44 respondentes) pais ou responsáveis por estudantes. Destaca-se, ainda, que 64,7% (86) do total de respondentes estão diretamente relacionados a rede municipal e 35,3% (47) à rede estadual.

Os dados foram coletados no período de março a junho de 2020, foram tabulados por meio da ferramenta *Google Forms* e tratados por meio do software *Microsoft Excel*®. Os resultados obtidos serão apresentados e analisados na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Com o intuito de obter informações sobre o objeto de pesquisa, foram enviados aos participantes questionários *online* por meio da ferramenta *Google Forms*. Destaca-se que participaram de forma voluntária nesse levantamento cento e trinta e três pessoas, compreendidas na faixa etária entre dezoito e setenta e quatro anos.

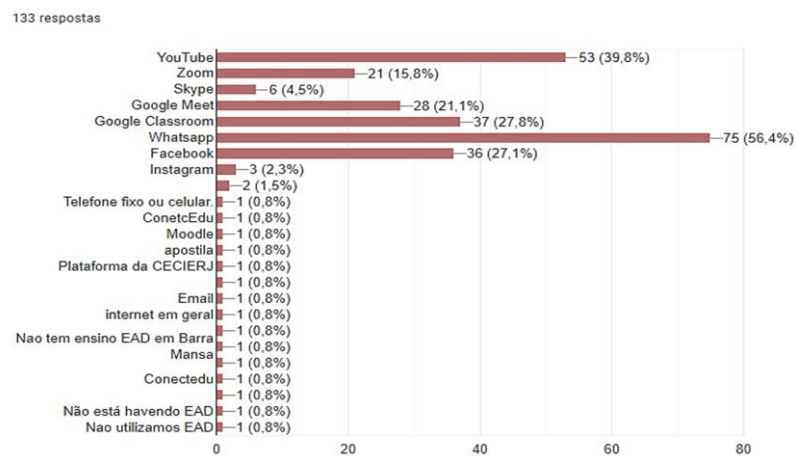
Com relação ao grau de escolaridade, pôde-se identificar que 79,1% (104 respondentes) possuem formação a nível superior, sendo 29,3% (39 respondentes) possuidores de formação nível bacharelado ou licenciatura; 42,1% (56 respondentes) possuidores de pós-graduação *lato sensu* nível especialização ou MBA; e 7,7% (9 respondentes) possuidores de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Destaca-se que os demais 20,9% (29 respondentes) indicou possuir o grau de escolaridade até o ensino médio.

Os participantes da pesquisa declararam residir em dez municípios localizados nos Estados do Rio de Janeiro (98,4%) e São Paulo (1,6%) sendo, respectivamente, 57,1% (76 participantes) do município de Resende-RJ, 15,8% (21 participantes) de Porto Real-RJ, 12,8% (17 participantes) de Barra Mansa-RJ, 6% (8 participantes) de Itatiaia-RJ, 4,5% (6 participantes) de Volta Redonda-RJ e 3,8% (5 participantes) dentre as cidades de Quatis-RJ

(1), Niterói-RJ (1), Rio das Ostras-RJ (1), São Paulo-SP (1) e São José dos Campos-SP (1). Destaca-se que a maioria dos participantes da pesquisa (64,7%) possui relação direta com unidades escolares da rede pública municipal. Os demais participantes (35,3%) estão ligados a rede estadual de ensino.

Após a identificação de perfil, foi solicitado aos participantes que indicassem quais ferramentas utilizavam como apoio para o EaD. Observa-se, a partir do Gráfico 1, que as ferramentas de apoio mais utilizadas são o *Whatsapp* (56,4%) e o *YouTube* (39,8%). Percebe-se, ainda, que 2,4 % dos participantes apontou não estar realizando nenhuma ferramenta de apoio no EaD.

Gráfico 1- Ferramentas de Apoio mais utilizadas na modalidade de EaD



Fonte: Dados da Pesquisa

Foi solicitado aos participantes que indicassem, de acordo com as suas opiniões, quais são as maiores dificuldades atualmente encontradas para a implementação do ensino EaD nas escolas da rede pública. Dentre as respostas mais acentuadas, pode-se destacar que:

- 21,1% (28 respondentes) indicou não possuir os equipamentos necessários para acessar as ferramentas disponibilizadas pelas escolas;
- 19,5% (26 respondentes) apontou a dificuldade de administrar as atividades de *home-office* e as atividades do lar;
- 18,8% (25 respondentes) indicou que os estudantes não conseguem entender as atividades propostas na plataforma;
- 10,5% (14 respondentes) apontou a dificuldade de acompanhar os filhos na execução das atividades propostas nas aulas;
- 9% (12 respondentes) indicou que não possui internet disponível para acesso ao conteúdo disponibilizado; e
- 6% (8 respondentes) apontou que não consegue manusear as ferramentas digitais adotadas pelas escolas.

Quando questionados se a implementação do ensino EaD na rede pública tem ocorrido de forma eficiente, 82,7% (110 participantes) afirmou que, na sua opinião, tal implementação não está ocorrendo de forma eficiente. Foi solicitado aos mesmos, caso suas respostas fossem negativas, que indicassem (na sua percepção) qual seria o principal motivo (ou problema) que estaria causando óbices nessa implementação. Dentre as respostas mais acentuadas pelos respondentes, pode-se destacar que:

- a) 75,4% (86) apontou que é a existência da desigualdade social e econômica entre os alunos;
- b) 13,2% (15) apontou como problema a falta de investimento por parte da administração pública em plataformas e ferramentas digitais; e
- c) 6,1% (7) apontou a falta de capacitação dos docentes da área pública para atuar nesse modelo de educação.

Quando os participantes foram questionados (em suas opiniões) sobre qual o possível impacto que a suspensão das aulas presenciais causará na educação desses alunos, observa-se que:

- a) 46,6% (62 respondentes) indicou que tal suspensão ocasionará o atraso da aprendizagem a longo prazo;
- b) 25,6% (34 respondentes) afirmou que a mesma ocasionará a perda do ano letivo;
- c) 18,8% (25 respondentes) apontou que essa suspensão irá provocar a perda do interesse nos estudos por parte dos alunos; e
- d) 6% (8 respondentes) informou que acredita que essa suspensão vai provocar um aumento da evasão escolar.

Foi solicitado aos participantes (caso possuíssem), que apresentassem sugestões para a melhoria da implementação do ensino EAD nas escolas da rede pública. A partir da coleta das respostas, os dados foram grupados em três categorias: acesso ao conteúdo ministrado, pontos fracos e oportunidades de melhoria (sugestões). As observações, considerações, sugestões e opiniões apresentadas foram tratadas, consolidadas e podem ser observadas no Quadro 1:

Quadro 1: Observações, considerações, sugestões e opiniões dos participantes da pesquisa

Categorias	Percepção dos respondentes
Acesso ao Conteúdo Ministrado	<ul style="list-style-type: none"> • A educação nesse formato tem sido excludente; e • Plataformas não tem atendido de forma adequada.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de capacitação de docentes e alunos; • Grande parte dos alunos não possui equipamentos e meios de acesso ao conteúdo das aulas; • Diversidade social e econômica existente entre os alunos; e • Pais e responsáveis estão com extrema dificuldade em auxiliar os seus filhos no processo de aprendizagem.
Oportunidades de melhoria (sugestões) apontadas	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de investimento em capacitação de docentes e discentes; • Necessidade da criação de um plano de reposição de aulas; • Necessidade de um maior investimento por parte da Administração Pública (em todos os níveis) na aquisição de equipamentos e no acesso à informação; • Necessidade de criação de oportunidade e meios de acesso dos alunos ao conteúdo ministrado pelos docentes; • Necessidade da adoção de plataformas e ferramentas adequadas (fácil manuseio); • Disponibilização de um cronograma para acompanhamento do conteúdo das aulas; • Disponibilizar o conteúdo das aulas para acesso a qualquer momento; e • Prover a igualdade de condições de acesso dos alunos ao conteúdo ministrado.

Fonte: Dados da pesquisa

A partir das informações apresentadas pelos participantes, pode-se constatar que grande parte dos problemas indicados estão relacionados à falta de equipamentos e acesso aos conteúdos por parte dos alunos, resultante da diversidade social e econômica existente entre os mesmos e que torna, de certa forma, esse modelo de educação excludente. Destaca-se, ainda, que foi apontado pelos participantes a necessidade de capacitação tanto dos docentes quanto dos discentes, o que indica a existência de dificuldades no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Percebe-se certa insatisfação por parte dos pais e responsáveis com as plataformas e ferramentas educacionais adotadas pelas instituições de ensino da rede pública, as quais tem ocasionado aos mesmos transtornos e desconfortos (particularmente no que tange a administração das atividades de ensino de seu filhos com as de *home-office* e atividades do lar) e que podem trazer impactos negativos aos alunos. Ressalta-se, ainda, que alguns dos respondentes (possivelmente pais e responsáveis) se posicionaram como contrários à adoção de aulas no formato EaD (por serem mais simpáticos ao modelo de ensino presencial) sugerindo, inclusive, a suspensão do ano letivo. Outros participantes, entretanto, apresentaram críticas do tipo: “*o ensino híbrido já deveria estar sendo implementado nas escolas, não só agora por causa da pandemia*”, o que permite constatar que mesmo com as dificuldades e problemas encontrados na sua implementação, a adoção do ensino na modalidade EaD tem sido defendida por alguns dos participantes da investigação.

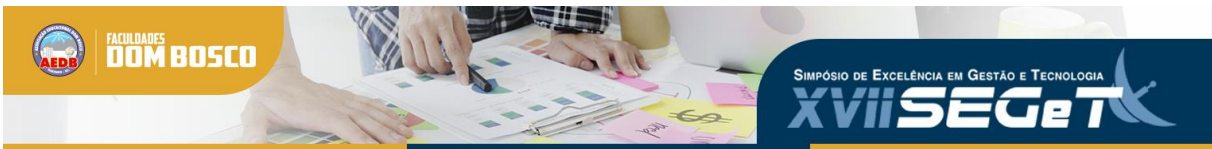
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo apresentar, a partir de percepções, as dificuldades apontadas por gestores e profissionais da área de educação da rede pública, bem como por pais (ou responsáveis) de alunos, na implantação da modalidade de ensino à distância, particularmente nos níveis de ensino básico e fundamental.

Para que esse objetivo fosse atingido, foi realizada uma pesquisa básica, de natureza exploratória-descritiva de abordagem quantitativa-qualitativa. Como método e procedimentos técnicos, foram adotados respectivamente a revisão de literatura e o levantamento. Ressalta-se que, para essa investigação, foram analisadas as percepções de cento e trinta e três participantes, dentre gestores, profissionais de escolas da rede pública e pais (ou responsáveis) de dez municípios situados nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Como principais resultados encontrados, pode-se destacar que uma boa parte dos participantes do levantamento (21,1%) indicou não possuir os equipamentos necessários para acessar as plataformas digitais e as ferramentas disponibilizadas pelas escolas. Destaca-se que tal fato tem inviabilizado o acesso de parte dos alunos da rede pública às plataformas, ferramentas e conteúdos ministrados na modalidade de ensino à distância, proporcionando uma espécie de exclusão social devido a diversidade econômica existente entre os mesmos. Faz-se necessário, portanto, criar oportunidades ou disponibilizar meios de acesso para esses alunos, de forma que os mesmos não fiquem prejudicados com relação aos demais.

Uma possível solução, seria a disponibilização por parte das escolas de salas de apoio (no formato de uma *Lan House*) atentando, no entanto, para as medidas sanitárias e de distanciamento previstas, de forma que os alunos que não possuem equipamentos e acesso à internet tenham no mínimo condições de acompanhar as atividades escolares. Uma outra possibilidade, seria a criação por parte da administração pública (em todos os



seus níveis) de políticas públicas voltadas à aquisição de equipamentos de informática e de acesso à informação para alunos de classes menos favorecidas economicamente, de forma a permitir a inserção dos mesmos na sociedade e mitigar as diferenças sociais existentes no país.

A partir das percepções dos participantes do estudo, pode-se constatar que as atuais plataformas e ferramentas adotadas pelas instituições de ensino da rede pública tem atendido parcialmente o processo de ensino-aprendizagem e que tal fato se potencializa devido a falta de capacitação dos docentes e discentes em utilizá-las. Percebe-se, portanto, a necessidade de um maior investimento por parte da esfera pública no que tange a adoção de plataformas digitais de fácil manuseio, bem como a capacitação de profissionais da área de educação e de alunos. Acredita-se que a adoção de plataformas digitais mais “amigáveis” ajudaria a solucionar dois problemas identificados nessa investigação e que podem ser considerados fundamentais no contexto atual: a dificuldade de pais e responsáveis em auxiliar seus filhos no processo de ensino (concomitantemente com suas atividades de *home-office* e do lar) e o fato de que cerca de 18,8% dos participantes da pesquisa indicou que os estudantes não tem conseguido compreender as atividades (ou exercícios) propostas durante as aulas no formato à distância.

Identificou-se (ainda na percepção de participantes da investigação) a necessidade da disponibilização antecipada do cronograma do conteúdo programático a ser ministrado pelos docentes, bem como do conteúdo das aulas para acesso por parte dos discentes em qualquer local e momento (que é uma premissa do ensino à distância). Ressalta-se, ainda, que o formato híbrido de ensino tem crescido exponencialmente no âmbito educacional e pode ser considerado como uma excelente oportunidade de otimização da formação das novas gerações de profissionais.

Como limitação dessa pesquisa, pode-se destacar o tamanho da amostra utilizada na coleta de dados (não-probabilística por conveniência). Faz-se necessário, portanto, ter o entendimento de que as constatações apresentadas a partir dos dados dessa investigação não podem ser generalizadas e que as mesmas são percepções (ou opiniões) específicas do universo participante.

Sugere-se, como trabalho futuro, a realização de estudo similar no âmbito das escolas da rede particular, de forma a possibilitar uma comparação entre os dados obtidos com os dessa pesquisa e verificar se as percepções das partes envolvidas quanto a implantação do ensino na modalidade à distância são convergentes ou divergentes. Destaca-se que os resultados obtidos com essa investigação podem ser considerados preliminares, não esgotam a discussão sobre a problemática em pauta e que novos estudos estão sendo realizados.

REFERÊNCIAS

BERGER, Natalie S. **Pioneering experiences in distance learning: Lessons learned.** *Journal of Management Education*, v. 23, n. 6, p. 684-690, 1999.

Bernard, R. M., Abrami, P. C., Borokhovski, E., Wade, A., Tamim, R., Surkes, M. A. (2009). **A meta-analysis of three interaction treatments in distance education.** *Review of Educational Research*, **79(3)**, 1243–1289. Acesso em: 19 de maio de 2020

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Dispõe sobre maneiras e procedimentos para considera-se educação a distância a modalidade educacional no Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

COSTA, Inês. **Metodologia do Ensino a Distância.** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174984/2/eBook_Metodologia_do_Ensino_a_Distancia-Ci%C3%A2ncias_Contabeis_UFBA.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

DINIZ; LINDEN; FERNANDES, Ester, Marta, Terezinha. **Educação a Distância: coletânea de textos para subsidiar a docência on-line.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/educaao_a_distancia__coletanea_de_textos_para_subsidiar_a_docancia_online_1330089617.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

HACK, Josias. **Introdução à Educação a Distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em: <http://www.hack.cce.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/04/IntroEAD_WEB.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

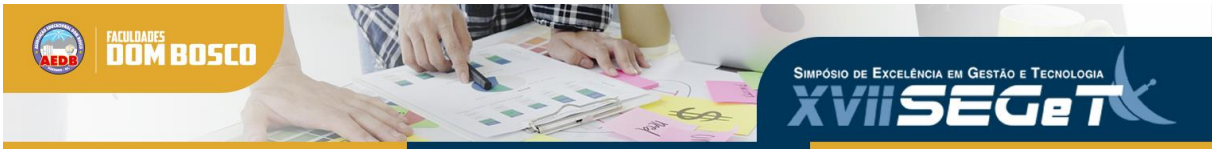
MEC. Ministério da Educação. (2015). Educação Superior a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13105&Itemid=879>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

MEC. Ministério da Educação. (2020). **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 de junho de 2020.

MOORE, M. G. (1989). **Three types of interaction.** *American Journal of Distance Education*, 3(2), 1–6. Acesso em: 19 de maio de 2020

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância.** Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 23 maio. 2020

PASSOS, Marize. **Educação a Distância no Brasil - breve historico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec.** 1. ed. Vitória: Edição do autor, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324136558_EDUCACAO_A_DISTANCIA_NO>



BRASIL_breve_historico_e_contribuicoes_da_Universidade_Aberta_do_Brasil_e_Rede_e-Tec_Brasil>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

SÁ, Adriana et al. EAD no Brasil: a aplicabilidade da tecnologia a favor da educação. **Revista UEMG - Diálogos sobre EaD - Práticas Pedagógicas**, v. 2, 2017. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/AnaisDialogosEaD/article/view/2842/1567>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

SIQUEIRA, Sandra; LOPES, Silvia: **A educação a distância e a qualidade na formação dos profissionais**, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18842_10291.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra de; NUNES, Ivônio Barros. **Fundamentos da educação a distância**. Brasília: SESI, 2000.